

Educação a Distância (EAD) no Brasil: experiências e desafios

Josias Ricardo Hack *

RESUMO: O presente artigo pretende levantar algumas considerações sobre a Educação a Distância (EAD) no Brasil e, para tanto, divide-se em três partes. A primeira ênfase é a experiência vivenciada em uma pesquisa via e-mail, realizada pelo autor do artigo, com o intuito de coletar dados para sua dissertação de Mestrado. Neste tópico, destacam-se algumas dificuldades que os pesquisadores brasileiros entrevistados demonstraram para interagir via Rede. Na segunda parte do artigo são transcritas e analisadas algumas respostas enviadas pelos estudiosos da temática. Seguindo a ordem do questionário aplicado, se constrói um referencial teórico de uma EAD com qualidade e seriedade. Por fim, apresenta-se a atual legislação para EAD no Brasil, bem como fomentam-se tópicos relevantes para a introdução, de forma crítica e criativa, desta modalidade de ensino no contexto nacional.

Palavras-chave: educação a distância; novas tecnologias; pesquisa em rede.

ABSTRACT: The present article intends to raise some considerations on the Distance Education (DE) in Brazil and it is divided in three parts. The first emphasis is the experience lived in a deep research by e-mail, realized for the author of the article, with the intention of collect data for his thesis of Master Degree. In this topic, there are distinguished some difficulties that the interviewed Brazilian researchers had demonstrated to interact using the Network. In the second part of the article some responses sent by the scholars of the thematic are analyzed and transcribed. Following the order of the applied questionnaire, it is constructed a theoretical reference of a DE with quality and seriousness. Finally, it is presented the current legislation for DE in Brazil, as well as it is fomented important topics for the introduction, in a critical and creative form, of this modality of education in the national context.

Keywords: distance education; new technology; research in network.

* Especialista em Educação a Distância. Mestre em Comunicação Social e professor da UNOESC - Joaçaba.

1. INTERAÇÃO E PESQUISA VIA REDE: AINDA É PRECISO ENTENDER E SEDIMENTAR A PRÁTICA CRÍTICA E CONSCIENTE

Como parte da pesquisa desenvolvida em 1998 para a conclusão do Mestrado em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo, decidiu-se entrevistar alguns estudiosos que trabalham com temáticas relacionadas com novas tecnologias da comunicação e EAD. Para perceber melhor como é fazer pesquisa via Rede, aplicou-se os questionários por e-mail.

Foram enviados 04 questionários, no dia 10 de setembro de 1998, aos seguintes pesquisadores:

- 1) Marlene Blois, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- 2) Marisa Marquese, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI);
- 3) Tânia Maria Esperon Porto, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);
- 4) Ismar de Oliveira Soares, da Universidade de São Paulo (USP).

Durante os dias 15, 16 e 17 de outubro, por ocasião da Conferência Internacional de Ensino a Distância, sediada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram contatados outros pesquisadores que repassaram seus endereços eletrônicos para que o questionário fosse enviado posteriormente. Os estudiosos contatados foram:

- 1) Lina Sandra Barreto, da Universidade de Brasília (UnB);
- 2) João Vianney, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- 3) Lorenzo García Aretio, da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED);
- 4) Hermano Carmo, da Universidade Aberta de Portugal;
- 5) Fredric Litto, idealizador da Escola do Futuro da USP e presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Por fim, ainda no dia 18 de outubro de 1998, enviou-se o questionário aos pesquisadores:

- 1) Davi Betts, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP);
- 2) Jacques Vigneron, da UMESSP;
- 3) Ivani Pinno, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
- 4) Adilson Citelli, da USP;
- 5) José Manuel Moran Costas, da USP.

Os pesquisadores foram, em sua maioria, contatados pessoalmente em encontros ou congressos onde se dispuseram a responder as questões via e-mail. A escolha dos nomes se processou após a observação dos relevantes trabalhos acadêmicos produzidos pelos estudiosos nas áreas que abrangem novas tecnologias, Comunicação e EAD.

Até o dia 20 de outubro de 1998 – um mês e 10 dias após o envio dos primeiros quatro questionários via e-mail – haviam retornado apenas dois questionários. Os

professores que primeiro enviaram as perguntas respondidas foram: Domingo J. Gallego Gil da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED – Espanha)¹ e o professor Hermano Carmo, da Universidade Aberta de Portugal.² Ambos trabalham com EAD em seus respectivos países e retornaram o e-mail rapidamente, demonstrando familiaridade com a temática, bem como a importância de atender o mais imediatamente possível um contato via e-mail, para que possa se estabelecer certa interatividade entre as partes. Os estudiosos citados demoraram menos de 48 horas para retornar as repostas aos questionamentos levantados.

Durante a aplicação dos questionários verificou-se que problemas técnicos podem acarretar dificuldades na interatividade em pesquisas e entrevistas via Rede. Um exemplo foi o questionário enviado ao professor Adilson Citelli, que precisou ser encaminhado três vezes devido a problemas de configuração de *software*. Suas repostas chegaram em 26 de novembro de 1998, um dia após o envio do último e-mail.

João Vianney, do Laboratório de Ensino a Distância (LED) da UFSC, recebeu as questões e encaminhou para Rosângela Rodrigues, que também respondeu imediatamente, demorando menos de 24 horas.

A professora Tânia Porto enviou suas repostas no dia 27 de novembro de 1998 e justificou sua demora devido aos compromissos do ano letivo.

A dissertação já estava quase concluída quando chegaram as repostas de dois questionários: do professor Davi Betts, recebida no dia 11 de janeiro de 1999 e do professor José Manuel Moran Costas, recebida no dia 12 de janeiro de 1999.

Os demais estudiosos enviaram pedidos de desculpas pela demora devido às tarefas cotidianas e se comprometeram em responder os questionamentos em um momento mais oportuno. Foram encaminhadas outras mensagens eletrônicas lembrando o compromisso assumido. Entretanto, até o final do mês de abril de 1999 – oito meses após o envio do primeiro questionário via e-mail –, quando foi defendida a dissertação de mestrado, as repostas não haviam retornado.

Como pode ser observado, o e-mail possibilita o contato com estudiosos que não seriam entrevistados devido a distância e facilita o trabalho dos pesquisadores que moram

¹ O professor Domingos J. Gallego Gil respondeu o questionário por solicitação do professor Lorenzo García Aretio, Diretor do Instituto Universitario de Educación a Distancia (IUED) da UNED. Suas repostas foram bastante curtas e na maioria das vezes apenas fazia citação de um livro que poderia ser consultado sobre a temática, sendo que os livros não eram de sua autoria.

² O professor Hermano Carmo respondeu o questionário de maneira bastante completa incluindo em uma de suas repostas um texto produzido por ele e que ainda não havia sido publicado.

longe dos grandes centros de produção intelectual. Entretanto, a entrevista virtual pode deixar a desejar em seus resultados e até ficar sem resposta. É preciso, ainda, se habituar a esta forma de pesquisa, na qual a interatividade pode demorar para acontecer e, conseqüentemente, uma resposta terá que ser revista em outras mensagens eletrônicas até a compreensão total.

2. RESULTADO DAS ENTREVISTAS VIA E-MAIL

Foram enviadas 12 questões aos estudiosos, sendo 05 de identificação pessoal e 07 perguntas abertas para discorrer sobre a temática proposta.

A seguir, destacam-se as perguntas abertas e algumas das respostas. Salienta-se que os excertos não são recortes reagrupados e respeitam a íntegra dos e-mails enviados pelos entrevistados ao pesquisador.

1. **Quais as vantagens e desvantagens da EAD? Em que circunstância deve ser aplicada? É desejável ser usada como complemento à educação presencial, tendo em vista um mercado de trabalho cada vez mais exigente com relação à formação permanente e continuada dos profissionais?**

Adilson Citelli: “As vantagens são de otimização de recursos na área educativa, assim como permitir a formação permanente em serviço, exigência profissional importante no mundo contemporâneo. Considere-se, ainda, as possibilidades de atingir populações que dificilmente teriam condições de se dirigir aos espaços escolares formais. A desvantagem é um certo isolamento do educando, do mesmo modo que a não presença - ou pelo menos a rarefação dela - do professor cria problemas para o desenvolvimento de relações intersubjetivas mais ricas entre os estudantes”.

José Manuel Moran: “Hoje muitos cursos presenciais podem ser ampliados com formas de comunicação a distância. E a tendência no ensino presencial é para incorporar processos de educação e comunicação a distância. Por outro lado, os cursos a distância também estão transformando-se de cursos “a la carte”, onde cada pessoa acessa individualmente quando quiser para aproveitar todas as formas de interação que a Internet propicia para que tenhamos muito maior participação dos alunos, para que trabalhem em projetos colaborativos, conversem com professores, tutores e colegas. Tanto o ensino convencional como o a distância começam a experimentar mudanças substanciais que se tornarão mais visíveis nos próximos anos”.

As respostas dos estudiosos ratificam que a EAD, se bem planejada, pode ser a resposta para atender várias camadas da população: aquelas que estão excluídas do sistema regular de ensino, como os alunos e trabalhadores que residem longe de uma instituição de ensino superior e teriam muito desgaste físico, mental e financeiro para freqüentar um curso diariamente, além dos profissionais que precisam se atualizar e não podem deixar suas funções cotidianas.

Todavia, é preciso levar em conta o isolamento ao qual submete-se um aluno que estuda a distância, o que ocasiona a necessidade de buscar com instância alternativas que promovam interatividade nas relações professor/aluno ou aluno/aluno. É imprescindível a atenção às constantes mudanças que ocorrem neste área do conhecimento.

2. **Com a Internet e os meios de comunicação de massa via satélite, as fronteiras do conhecimento foram derrubadas. De que maneira as novas tecnologias de comunicação e a EAD podem contribuir para a educação permanente?**

Davi Betts: “Responder esta pergunta já foi e é tema para muitas dissertações e teses. Sinteticamente respondendo creio que as novas tecnologias de comunicação simplesmente oferecem um meio mais rápido e interativo para a construção do conhecimento. Existem algumas palavras-chaves que caracterizam o fenômeno: conectividade, acesso, auto-disciplina e metodologia”.

Tânia Maria Esperon Porto: “Acredito que em muito podem contribuir, como um elemento a mais, não como único e exclusivo caminho de ensino. As novas tecnologias estão presentes na educação e na escola em geral, não apenas na forma de recursos auxiliares, mas, nas diferentes formas de expressão que compõem o universo sociocultural de professores e alunos. Em minha atual pesquisa³ observo que as tecnologias, apesar de fazerem parte do cotidiano dos cidadãos professores, não constam das falas dos professores como objeto de estudos ou de trabalho. Aparecem, esporadicamente, em comentários aleatórios sobre acontecimentos mostrados na televisão e comentados pelos alunos nas salas de aula. A maioria das escolas públicas do Brasil recebeu do Governo Federal, equipamentos (TV, videocassete e antena parabólica) para gravação, organização

³ PORTO, Tânia Maria Esperon. *A Organização do Trabalho na Escola – Pedagogia da Comunicação como Espaço Coletivo*. ANPED, 1998 – GT Educação e Comunicação.

de videoteca e posterior utilização pelos professores. As pesquisas indicam que, mesmo depois de dois anos de implantação do Projeto denominado TV ESCOLA (educação a distância), este kit tecnológico encontra-se esquecido num canto, sem um plano de trabalho efetivo que auxilie o professor a lidar com as tecnologias que estão na escola ou na sociedade em geral. Eu trabalho com mídias como formas de aprendizagem tanto como portadoras de conteúdo em si mesma, como veiculadoras de mensagens que precisam ser analisadas segundo a concepção de quem as vê (consome) e de quem as produz, e como formas de satisfação e envolvimento emocional, que nos indicam caminhos a serem desbravados. E acredito que a qualificação para que o profissional amplie suas visões, adquira consciência de seu papel sociopedagógico e modifique suas atitudes, implica, assim, uma ação voltada para a (re)construção de conhecimentos a partir de investigações na prática, discussão de teorias e narrativas por nós vividas enquanto indivíduos pesquisadores ou enquanto grupo de estudos”.

Como observa-se nas ponderações acima, é indubitável a contribuição que as novas tecnologias podem trazer ao ensino presencial e a EAD. Contudo, a introdução de novas ferramentas deve partir de uma discussão inicial e da própria utilização crítica por parte dos docentes. Os professores e alunos precisam ser os sujeitos do processo, por isso a necessidade de qualificação e re-qualificação constante do educador e do educando. Para isso, a utilização de novas estratégias no processo educacional parece inevitável. As formas tradicionais de ensino parecem fadadas ao fracasso se não incorporarem as novas tecnologias. Isto porque os meios audiovisuais estão dominando uma parte considerável da comunicação, particularmente o sistema televisivo, com forte influência na formação das pessoas, talvez, em alguns casos, maior que a própria escola e família. Por esta razão, não é mais possível abrir mão desses recursos em prol da educação formal ou informal.

3. O Brasil é um país de proporções continentais, com discrepâncias de realidades econômicas e sociais, onde muitos professores não sabem sequer usar equipamentos eletrônicos simples, quanto mais os sofisticados. No caso das populações de baixa renda, que não dispõem, em suas casas, dos equipamentos mínimos (telefone, televisão, vídeo e computador) usados no ensino a distância, como essa modalidade pode ser implementada para acelerar e inserir esses grupos marginalizados no processo educacional do país?

Adilson Citelli: “Você está colocando um problema que não diz respeito primeira e imediatamente às novas tecnologias, senão a uma estrutura societária desigual e com aspectos dramáticos que conhecemos. No entanto, creio que, mesmo no contexto que você corretamente indica, seria possível através de políticas públicas mais compromissadas socialmente, implementar alternativas capazes de disponibilizar os novos sistemas para a rede escolar ou entidades compromissadas com a formação educacional dos grupos marginalizados”.

José Manuel Moran: “É necessário que o governo e as organizações sociais e empresariais se unam para providenciar a infra-estrutura tecnológica às escolas e centros comunitários para que os cidadãos tenham acesso a essas tecnologias e invistam efetivamente na formação dos professores para que as utilizem de forma criativa. Sem isso, aumentará a distância que separa os poucos privilegiados no Brasil da grande maioria”.

É preocupante quando se observa a situação educacional de parte considerável da população brasileira que está excluída do sistema regular de ensino por vários motivos.⁴ Sabe-se que a educação é a melhor alternativa para o desenvolvimento de um país, entretanto, não vemos as autoridades brasileiras assumindo posturas práticas em direção a uma democratização do acesso ao sistema de ensino nos diversos níveis. A mudança não é impossível, mas exige vontade política.

4. O rendimento dos discentes da EAD, se comparado com o ensino convencional (presencial), é melhor, igual ou inferior? Apresente suas ponderações.

Davi Betts: “As pesquisas que eu tenho visto, não indicam um diferencial qualitativo significativo entre as duas modalidades. Eu creio que falta talvez uma compreensão melhor da tecnologia disponível e sua utilização, tanto por parte do docente quanto do discente e das próprias instituições educacionais. É um outro paradigma”.

⁴ A educação a distância no Brasil atinge uma importância fundamental face ao grande contingente de estudantes que foram obrigados a parar de estudar para trabalhar. Em 1998, aproximadamente 33 milhões de brasileiros entre 15 e 35 anos estavam à margem do sistema regular de ensino.

Domingo J. Gallego Gil: “Depende del profesor no de la modalidad de enseñanza. Depende de sus actitudes y sus aptitudes. Puede ser mejor, igual o inferior”.

Hermano Duarte de Almeida e Carmo: “Estudos diversos (ver por exemplo trabalhos de Lorenzo Garcia Aretio, da UNED) mostram que os resultados são semelhantes”.

Rosângela Scharwz Rodrigues: “Depende, a maioria das pesquisas realizadas com alunos não aponta para diferenças significativas em cursos presenciais ou a distância”.⁵

O assunto abordado na questão acima é ainda incipiente nas pesquisas, principalmente no Brasil. Os demais estudiosos entrevistados não quiseram se posicionar por estarem desprovidos de subsídios que pudessem sustentar suas colocações. Entretanto, fica saliente que uma EAD bem planejada, dimensionada e gerenciada pode ter um rendimento igual ou até superior ao ensino convencional, dependendo mais da qualidade dos grupos e instituições que as promovem do que das modalidades de ensino.

5. Existe algum perfil de aluno e professor ideal para que o ensino a distância funcione? Por quê?

Adilson Citelli: “Não me parece. Trata-se, apenas, de ajustar os procedimentos da EAD aos educandos alvos (sejam eles professores/formadores sejam alunos a serem formados)”.

Daví Betts: “Não poderia definir o que seria o perfil ideal de aluno, mas creio que existem alguns fatores que certamente contribuem para uma experiência bem sucedida. A auto-disciplina e a capacitação para o uso das tecnologias são fundamentais. Além destas características existem as necessárias a qualquer aluno tais como: ter metodologia de estudo, vontade de aprender, disponibilidade de tempo, etc”.

⁵ As pesquisas mencionadas por Rosângela Rodrigues referem-se aos cursos a distância aplicados pelo Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

Hermano Duarte de Almeida e Carmo: “O aluno tem de ser emocionalmente maduro para agüentar a solidão em que trabalha. O professor tem de ter critérios, não só acadêmicos (rigor e clareza científica) mas também empresariais (por exemplo tem de saber cumprir prazos e estimar custos)”.

Rosângela Scharwz Rodrigues: “Não existe um perfil ideal. Apenas o recorte da Educação a Distância é o público adulto”.

Como se observa nas respostas acima, a questão da eficácia do ensino a distância e sua eventual relação com um perfil de aluno divide os estudiosos. Concorde-se com os apontamentos de Hermano de Almeida e Carmo, Doutor em Ciências da Educação e professor da Universidade Aberta de Portugal, que apresenta algumas características necessárias aos alunos e professores que estão envolvidos com a modalidade de EAD. Também se destaca que, em sua maioria, os estudantes a distância com os requisitos necessários para acompanhar um curso com essas características são essencialmente adultos.

6. Que dificuldades os alunos e professores podem encontrar estudando a distância? Como vencer essas barreiras?

Adilson Citelli: “Trata-se, como já afirmei, de um problema de adequação de formas novas de produzir conhecimento. Assim, passar de mecanismos presenciais e muito centrados na cultura do livro, para variáveis que podem incluir dimensões vocovisuais e que requisitam envolvimento diferenciados dos educandos, devem apresentar, evidentemente, algumas dificuldades. Entendo, contudo, que se trata de implementar procedimentos que reorientem o aprendizado, agora considerando as mediações técnicas”.

Hermano Duarte de Almeida e Carmo: “A principal dificuldade é a solidão do estudante. Para vencê-la é necessário: bons materiais (com qualidade científica e pedagógica) e boa interação (usando todos os meios disponíveis quer presenciais - centros de apoio, cursos intensivos de fim de semana ou de férias - quer a distância - correio, telefone, rede de radioamadores, radiodifusão, televisão etc.)”.

José Manuel Moran: *“Falta de planejamento, falta de orientação, dificuldades de acesso às tecnologias, concepções pedagógicas ultrapassadas. A educação a distância de qualidade - assim como a presencial - é cara, não pode ser repetir o conteúdo do ensino presencial somente. É caro para iniciar o processo e também é caro o acompanhamento. Creio que cada universidade deveria investir em algumas modalidades de ensino a distância onde fosse forte, onde tivesse alguma contribuição e não oferecer todos os cursos como no ensino convencional. As universidades precisam associar-se a outras organizações empresariais e do trabalho para estar mais perto dos alunos e ter mais recursos”.*

Tânia Maria Esperon Porto: *“Creio que as dificuldade inerentes à falta de um grupo, de interação, de diálogo para reflexão”.*

Fica saliente que a solidão e a dificuldade em adaptar-se com as ferramentas utilizadas são, talvez, os maiores empecilhos que podem levar um estudante a distância a desistir do curso. Existem formas de repensar a interatividade entre professor e alunos, bem como entre alunos e alunos (como os *chats* e aulas presenciais ou confraternizações esporádicas), que precisam ser consideradas para que o isolamento seja rompido.

7. Com a disseminação da Internet, que oferece a possibilidade de interatividade (através de listas de discussões, troca de e-mails entre alunos e professores), quais as reais mudanças no processo de EAD?

Adilson Citelli: *“Trata-se, mesmo, de repensar os paradigmas da EAD. Já não basta um televisor ou aparelho de rádio ministrando aulas. Os fluxos dialógicos e interativos devem ser pensados nos novos modelos de EAD, inclusive pelas facilidades técnicas que você aponta”.*

Hermano Duarte de Almeida e Carmo: *“A meu ver não há mudança de paradigma mas apenas (e já é muito) um reforço do paradigma existente que confere ao aprendiz o papel de gestor da sua própria aprendizagem e ao ensinante a condição de orientador do aprendiz”.*

Rosângela Scharwz Rodrigues: *“Não que a mídia impressa não propicie interatividade, esta é mais lenta, o que nem sempre é negativo. A estrutura que*

viabiliza o diálogo está no planejamento do curso e não nas mídias utilizadas. Com equipamento e linhas adequadas a Internet enriquece muito a EAD, mas ainda deve levar um tempo até atingir seu potencial para o aprendizado, se usada isoladamente. É uma excelente mídia de suporte para videoconferência e ótima quando consorciada com material impresso e encontros presenciais”.

Tânia Maria Esperon Porto: *“As experiências que conheço permitem-me apenas dizer que é uma forma a mais para ampliar o universo de conhecimento dos sujeitos, com as devidas limitações da virtualidade”.*

Maior ou menor transformação, mudança ou não de paradigma: a divergência entre os estudiosos entrevistados não é de fundo, mas de matiz. São todos unânimes em argumentar que a disseminação da Internet é um auxílio importante para a EAD. Entretanto, destaca-se que ainda falta a popularização da Rede, permitindo o acesso às camadas menos privilegiadas. Ou, pelo menos, a criação de Centros de Atendimento (que podem ser em forma de convênios com instituições interessadas), onde os estudantes a distância mais carentes possam dispor da tecnologia necessária para a utilização da Internet nos horários livres.

Percebe-se novamente a importância da Internet e seus recursos na realização das mais diversas atividades. A própria entrevista realizada via e-mail é um exemplo de como a Rede aproxima pesquisadores que se encontram em continentes diferentes e barateia os custos, além de abolir o tempo gasto no deslocamento.

Mesmo com as limitações no que se refere a interatividade, as entrevistas por e-mail com os pesquisadores trazem à tona e salientam os seguintes fatores:

1. é imprescindível a introdução de novas tecnologias nos diversos níveis e modalidades de ensino, mas é preciso levar em conta as peculiaridades de cada região;
2. é necessário discutir de forma multidisciplinar e projetar experiências que venham a contribuir na busca da excelência na utilização de mídias, redes, softwares e outras ferramentas na educação presencial e a distância;
3. é preciso caminhar, permeados pela discussão crítica da temática, evitando a simples reprodução de modelos já existentes. As realidades locais devem ser respeitadas e a criatividade deve imperar nesta busca.

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: DAS LEGISLAÇÕES AO DESAFIO DA PRÁTICA EMANCIPADORA

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, contempla o incentivo à Educação a Distância (EAD). Em suas Disposições Gerais, Art. 80, a LDB atribui ao Poder Público “o papel de incentivar o desenvolvimento de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades, e de educação continuada”. A Lei também destaca que compete à União o credenciamento das instituições que oferecerão programas a distância, definindo “os requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas relativos a cursos de educação à distância”.

Sendo assim, a LDB 9394/96 apresenta para a EAD, no Art. 80, um ponto de partida para a busca de alternativas que tornem mais viáveis a realização de cursos por parte dos alunos que residem em locais distantes das instituições educativas ou que estão fora do sistema regular de ensino por algum motivo. A LDB também dispõe que a EAD receba um tratamento diferenciado com “custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens”.

A regulamentação do Art. 80 da LDB 9394/96 ocorreu posteriormente, através do Decreto nº 2.494/98, de 10 de fevereiro de 1998. O Decreto apresenta a necessidade de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância. Segundo o Art. 1º: “A instituição de ensino interessada em credenciar-se para oferecer cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico a distância deverá apresentar solicitação ao Ministério da Educação e do Desporto, a ser protocolada no Protocolo Geral do MEC ou na DEMEC da unidade da federação respectiva”.

Ainda no ano de 1998, o Decreto nº 2.561, de 27 de abril, altera a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No que se refere à oferta de cursos a distância voltados ao ensino fundamental de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico, o Decreto - citado acima - delegou competência às autoridades do órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos. A única exceção refere-se às instituições que atuam com educação fundamental, ensino médio e técnico, e que estejam vinculadas ao sistema federal de ensino; nestes casos, o credenciamento será diretamente com o Ministério da Educação.

No que tange aos cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, ficou estabelecido que a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC. A solicitação de autorização de funcionamento deve ser feita para cada curso que pretenda oferecer. O MEC e a Secretaria de Educação a Distância (SEED) também produziram um documento, no segundo semestre de 1998, apresentando “*Padrões de Qualidade para Cursos de Graduação a Distância*”. O intuito do documento é desenvolver um referencial para as instituições e comissões de especialistas que forem analisar projetos de cursos de graduação a distância. Os dez indicadores de qualidade que as instituições que pretendem ter cursos de graduação a distância precisam desenvolver em seus programas são:

1. integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico;
2. desenho do projeto: a identidade da educação a distância;
3. equipe profissional multidisciplinar;
4. comunicação/interatividade entre professor e aluno;
5. qualidade dos recursos educacionais;
6. infra-estrutura de apoio;
7. avaliação de qualidade contínua e abrangente;
8. convênios e parcerias;
9. edital e informações sobre o curso de graduação a distância;
10. custos de implementação e manutenção da graduação a distância.

O documento salienta ainda que, além dos aspectos destacados acima, a instituição proponente de graduação a distância poderá acrescentar outros indicadores mais específicos que atendam a particularidades de sua organização e necessidades sócio culturais de sua clientela, cidade, região.

A Secretaria de Educação a Distância do MEC destaca em sua página na Internet, que:⁶

“conforme o Art. 6º do Dec. 2494/98, os diplomas e certificados de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem os efeitos legais. A Resolução nº 3, de 10/06/85 (Conselho Federal de Educação – atual Conselho Nacional de Educação), dispõe sobre revalidação de diplomas e certificados de cursos de graduação e pós-graduação expedidos por estabelecimentos

⁶ Pesquisa realizada em agosto de 2000. Endereço eletrônico: <http://www.mec.gov.br/seed/regulamenta.shtm>

estrangeiros de ensino superior – tais normas, vigentes para o ensino presencial, são válidas para o ensino a distância”.

A regulamentação específica da oferta de programas de mestrado e doutorado na modalidade a distância, no Brasil, ainda estava em fase de definição, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES / MEC, quando o presente artigo foi produzido. Quanto aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, chamados de “especialização”, a Secretaria de Educação a Distância do MEC apresenta o seguinte parecer:

“até recentemente eram considerados livres, ou seja, independentes de autorização para funcionamento ou reconhecimento por parte do MEC. Porém, com o Parecer n.º 908/98 (aprovado em 02/12/98) e a Resolução n.º 3 (de 05/10/99) da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que fixam condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização, tornou-se necessária a regulamentação de tais cursos na modalidade a distância. No momento, a Secretaria de Educação a Distância está buscando a definição de uma política explícita para cursos de pós-graduação a distância. Enquanto não houver uma regulamentação para este setor, sugere-se a observância das normas vigentes para a educação presencial, cujos princípios básicos serão norteadores da educação a distância”⁷.

Como se observa, já existem legislações e documentos que tratam claramente sobre a EAD no Brasil e que oportunizam o oferecimento de cursos a distância. Contudo, questiona-se até que ponto as discussões que estão se processando realizam-se democrática e participativamente, levando em conta a importância de buscar uma educação de qualidade, que respeite as peculiaridades de cada região do país.

É preciso ter cuidado para que o investimento em EAD no Brasil não se transforme apenas em uma busca irresponsável de *diplomação* daqueles que perderam a oportunidade de alcançar determinado nível de escolaridade. Uma EAD com responsabilidade e qualidade não é aquela que apenas oportuniza a escolarização ou *entrega* diplomas. Uma EAD com responsabilidade e qualidade preocupa-se com a formação integral do cidadão e com a democratização real da educação no país.

⁷ Informação obtida em agosto de 2000, no endereço eletrônico: <http://www.mec.gov.br/seed/regulamenta.shtm>

É necessário, face às desigualdades econômicas e sociais brasileiras, estabelecer relações de custo e benefício antes de concretizar grandes investimentos em EAD, principalmente investimentos que levem em conta a introdução de novas tecnologias. É notório que o Brasil precisa refletir crítica e criativamente sobre a EAD; afinal, a implantação não é mais urgente, mas emergente. Entretanto, não podemos esquecer que estamos em um país onde vivenciamos cotidianamente a precariedade de recursos em determinadas áreas e imensas demandas básicas de bem-estar como saúde, saneamento, habitação, entre outras áreas críticas:

“A incorporação ou não das novas tecnologias à educação à distância formam parte do conjunto de dilemas que nossos países enfrentam ao terem que tomar decisões transcendentais com recursos escassos precisando de critérios orientadores que com frequência brilham por sua ausência no acervo ideológico dos tecnocratas planejadores [...] Por um lado, precisamos aceitar a crua realidade de nosso subdesenvolvimento e propor coisas que resolvam ou aliviem as necessidades ainda primitivas da maioria de nosso povo, com um custo que possamos pagar, apesar de nossa dívida externa. Mas, por outro lado, necessitamos também ser audaciosos e evitar perder oportunidades históricas que poderiam nos ajudar a dar saltos quantitativos e qualitativos” (BORDENAVE, 1991, p.142-3).

É premente a necessidade de aprender a olhar para a EAD como democratizadora do acesso e domínio das mídias à grande parcela da população brasileira que não possui condições de utilizar essas ferramentas, a não ser através da escola, para ingressar no competitivo mercado de trabalho:

“No ensino à distância estão inscritas grandes maiorias que devem ser preparadas com uma educação de qualidade para encarar o novo milênio com melhores ferramentas. Assim, os futuros cidadãos serão capazes de enfrentar o legado de uma sociedade desigual, com grandes problemas ambientais, sociais, econômicos, só superáveis com melhor formação do povo. Existe a tendência de que a revolução informática beneficie as elites. Essa tendência deve ser combatida democratizando o acesso à informação. O ensino à distância é um excelente meio para isso” (GUADAMUZ, 1997, p. 27).

Como se observa, os questionamentos sobre a EAD no Brasil são muitos e as abordagens podem ser múltiplas. Por isso, não podemos, mais uma vez, perder o *bonde da história*, abrindo mão de tecnologias emancipadoras, se adaptadas à realidade e ao contexto nacional. É necessário ter em pauta a discussão entre os pares com o intuito de promover e ampliar a construção de um referencial crítico e adaptado à realidade local. É a partir desta análise crítica e revisão de modelos já aplicados que se poderá dar passos quantitativos e qualitativos em busca de um melhor entrosamento entre a necessidade de educar para a cidadania através da EAD, com a utilização de novas tecnologias, em países periféricos.

BIBLIOGRAFIA ⁸

- ANDRADE, Arnon A. Mascarenhas de. Qualidade em projetos de educação à distância. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (139) nov./dez. 1997, pp. 32-4.
- ANFOPE. **Boletim da ANFOPE**. Campinas: São Paulo, ano V, n. 10, abril, 1999.
- ARAÚJO, Denise S. M. S. de & HORA, Dayse M. **Educação a distância: uma polêmica antiga**. Rio de Janeiro, ABT, v.26 (141) abr./mai.jun., 1998, pp. 18-25.
- ARETIO, Lorenzo García. **La educación a distancia y la UNED**. Madrid: UNED, 1996.
- ARETIO, Lorenzo García. **La enseñanza abierta a distancia como respuesta eficaz para la formación laboral**. *Materiales para la educación de adultos*. Espanha: UNED, nº 8-9, 1997, pp. 15-20.
- BORDENAVE, Juan Diaz. As novas tecnologias de comunicação e a educação a distância. In: BALLALAI, Roberto (org.). **Educação à distância**. Niterói: Grafcen, 1991.
- CARMO, Hermano Duarte de Almeida. **Métodos de formação de formadores pelo ensino aberto e a distância. O caso da educação intercultural**. Lisboa: Universidade Aberta, 1997 (mimeog./inédito).
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DEMO, Pedro. **Questões para a teleeducação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DESCHÊNES, A. J. e Outros. Construtivismo e formação a distância. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.26 (140) jan./mar., 1998, pp. 03-10.

⁸ Além dos livros e artigos citados ao longo desse artigo, decidimos incluir na bibliografia final algumas outras publicações que, pela sua relevância, podem ser de grande valia para quem desenvolve e pesquisa temas relativos a educação a distância.

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA, Walter. Educação a distância: desafios na virada do século. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.26 (142) jul./set., 1998, pp. 37-39.
- GARCIA, Walter. Legislação, políticas públicas e gestão para o ensino a distância. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (139) nov./dez. 1997, pp. 16-8.
- GIUSTA, Agnela da Silva. **Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: SEE/UFMG, 1985 (mimeo).
- GUADAMUZ, Lorenzo. Tecnologias interativas no ensino à distância. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (139) nov./dez. 1997, pp. 27-31.
- IBAÑEZ, Antonio. Educação a distância. In: NISKIER, Arnaldo (coord.). **Reflexões sobre a educação brasileira - O compromisso com a qualidade do ensino**. Brasília: UNIMÍDIA, 1992.
- MARCHESSOU, François. Estratégias, contextos, instrumentos, fórmulas: a contribuição da tecnologia educativa ao ensino aberto e a distância. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (139) nov./dez. 1997, pp. 6-15.
- MARTINS, Onilza Borges. **A educação superior a distância e a democratização do saber**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MARTINS, Onilza Borges. **Fundamentos e políticas de educação a distância**. Curitiba: NEAD/UFPR, 1999.
- MORAN, José Manuel. **Como ver televisão. Leitura crítica dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MORAN, José Manuel. **Leituras dos meios de comunicação**. São Paulo: Pancast, 1993.
- NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia Educacional: uma visão política**. Petrópolis: Vozes, 1993.

- NOGUEIRA, Luís Lindolfo. Educação a distância. **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna, Ano II, n.5, jan./abr., 1996, p.34-9.
- NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Critérios de qualidade para a educação a distância**. Rio de Janeiro, ABT, v.26 (141) abr./mai./jun., 1998, pp. 13-17.
- NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação a distância. In: BARRETO, Lina Sandra (org.). **Projeto CEAD/UNOESC. Fundamentos da educação a distância. Leituras obrigatórias**. Brasília, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, sem data, p.02-23.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo e. Universidade aberta: passado, presente e futuro. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.14 (63) mar./abr., 1985, pp. 14-21.
- PINTO, Nelly Souza. Ensino a distância no Brasil: sua trajetória e a política atual. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (139) nov./dez., 1997, pp. 63-6.
- PORTO, Tânia Maria Esperon. Televisão e escola: escolas paralelas? **Comunicação & Educação**. São Paulo, Moderna, Ano II, n.4, set./dez., 1995, p. 25-30.
- POZO, J. I. **Teorias cognitivas del aprendizaje**. 4. ed. Madrid: Morata, 1996.
- RIBEIRO, Antônia Maria Coelho. A capacitação de docentes através da educação a distância - Considerações a partir de uma Experiência. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (129) Mar/Abr. 1996.
- RIBEIRO, Antônia & PROVENZANO, Maria Esther. Anotações sobre a produção de material impresso para EAD. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (138) set./out., 1997, pp. 08-11.
- SANTOS, Antonino Mello. Educação à distância. **Tecnologia Educacional**. v.24 (128) jan./fev. 1996, pp. 25-30.
- SOUSA, Eda C.B. Machado. Ensino a distância e capacitação de recursos humanos. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, v.25 (139) nov./dez. 1997, pp. 19-24.

SOUSA, Maria de Fátima Guerra. Educação a distância: caminhos e perspectivas na construção da cidadania. Os desafios dos sistemas de ensino a distância. **Revista Educação a Distância**. Brasília, INED CEAD/UnB, vol.3, n.6, nov., 1994, p. 19-22.

VIGNERON, Jacques. A Universidade aberta e o trabalhador estudante. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.) **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Loyola, 1986, p.355-359.

VIGNERON, Jacques. **Comunicação interpessoal e formação permanente**. São Paulo: Angellara Editora, 1997, 218p.

WHITE, Robert A. & THOMAS, Pradip. Ensino a distância: experiências e inovações. **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna, Ano I, n.3, mai./ago., 1995a, p.47-56.

WHITE, Robert A. & THOMAS, Pradip. As múltiplas estratégias do ensino a distância. **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna, Ano II, n.4, set./dez., 1995b, p.58-67.

M EIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo de representações sociais em professores da rede municipal de ensino de Campos Novos - SC (1).

Joviles Vitório Trevisol*
Marlene Socolovski**

RESUMO: O presente artigo apresenta uma síntese dos resultados obtidos em uma pesquisa de iniciação científica sobre representações sociais do meio ambiente e educação ambiental desenvolvida no município de Campos Novos entre 1999 e 2000. Os sujeitos que compõem a amostra são professores que trabalham na rede municipal de ensino desse município. Dado que a Constituição Federativa do Brasil e a Lei Federal N. 9795, promulgadas, respectivamente, em 1988 e 1999, instituíram a obrigatoriedade do ensino de educação ambiental nas escolas e nas Universidades, essa pesquisa se propôs a investigar como os referidos professores concebem o meio ambiente e a educação ambiental e, especialmente, identificar quais são as maiores carências e necessidades que sentem enquanto educadores ambientais.

Palavras-chave: Meio ambiente; educação ambiental; representações sociais; Campos Novos.

ABSTRACT: The present article presents a synthesis of the results achieved during a scientific initiation research on social representation of environment and environmental education developed in the municipal district of Campos Novos between 1999 and 2000. The teachers who work in this local teaching network are the subject of the present study. Once that Brazil Federative Constitution and the Law 9795, promulgated respectively in 1988 and 1999, institute the obligation of environmental education teaching in schools and universities, the present research proposes an investigation on which way the mentioned teachers conceive ideas as environment and environmental education. Specially, this article identifies which are the largest absences and needs felt by these professionals as environmental educators.

Keywords: Environmental; environmental education; social representation; Campos Novos.

¹ - Esse artigo apresenta uma síntese do terceiro capítulo de uma pesquisa de Iniciação Científica (com esse mesmo título) financiada pelo FAPE/PIBIC/UNOESC no período entre setembro de 1999 e junho de 2000.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Unoesc - Campus de Joaçaba. Orientador da presente pesquisa e membro do Núcleo de Estudos Ambientais (NEAMBI).

** Licenciada em Pedagogia. Bolsista de Iniciação Científica do Programa PIBIC/FAPE/UNOESC (1999-2000). Professora do Colégio Gasparino Zorzi em Campos Novos e Pós-graduanda em Desenvolvimento Sustentável pela UnC - Concórdia.